O ESTADO DE S.PAULO

Publicado em 13/05/2024 - 06:00

Empresas sofrem perdas bilionárias com greves no setor público

Funcionalismo **Braços cruzados**

Empresas têm perdas bilionárias com paralisações no setor público

Só a área de petróleo e gás contabiliza prejuízos de R$ 2,2 bi com atraso na liberação de novas licenças ambientais; movimentos se espalham por 15 categorias

CRISTIANE BARBIERI

Empresas de diversos setores têm contabilizado perdas por conta de paralisações por aumento de salários de carreiras ligadas ao setor público. Só no caso da indústria ligada ao setor de petróleo e gás, esse prejuízo já ultrapassa os R$ 2,250 bilhões. Há pelo menos 15 categorias do funcionalismo atualmente com movimentos em torno de reivindicações.

Com negociações simultâneas com o governo há meses, algumas demandas foram atendidas. Porém, continuam sem acordos funcionários ligados à Comissão de Valores Mobiliários (CVM); Controladoria-Geral da União (CGU); Tesouro Nacional; Superintendência de Seguros Privados (Susep); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); e profissionais da Educação, entre outras áreas. O maior prejuízo vem da paralisação das atividades de campo do Ibama.

Entre os setores da economia mais afetados, o de petróleo e gás contabiliza mais de 120 dias sem renovações e novas licenças das autoridades ambientais – condição necessária para instalação e operação de projetos. Com isso, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), cerca de 40 mil barris de petróleo deixaram de ser produzidos, todos os dias, pelas empresas.

Efeito
Sem novas licenças, 40 mil barris de petróleo deixaram de ser produzidos todos os dias

"Uma das nossas associadas teve de devolver uma sonda que veio do exterior porque estava sem licença de produção, e demitiu 20 funcionários, já que o equipamento só poderá voltar daqui a um ano", diz o presidente da entidade, Roberto Ardenghy. "O processo só se agrava à medida que o tempo passa, porque as empresas são obrigadas a postergar decisões de investimentos."

Como é impossível aumentar a capacidade de extração diária, afirma Ardenghy, as empresas não terão como compensar a produção que se perdeu. O impacto não vale só para as companhias: perdem também os governos, com a menor arrecadação de impostos (uma vez que deixam de ser recolhidos royalties sobre a extração dos insumos), além dos impactos na balança comercial e no PIB.

O movimento no Ibama também tem afetado atividades de mineração e até a liberação nos portos de veículos importados (*mais informações na pág. B2*).

Sergio Lazzarini, professor do Insper e especialista em estratégia e organização no setor público, diz que uma boa alternativa às negociações seria avançar em discussões além da recomposição salarial. Incluir nos debates avaliações de desempenho e qualidade de serviços prestados, como determina a Constituição. "Há várias iniciativas que poderiam caminhar no sentido da construção de um Estado mais moderno", diz ele. "Esse poderia ser um bom momento para trazer essa pauta à mesa." ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia e Negócios **Caderno:** B **Pagina:** 1

Copyright © Clipclap 2025.